Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 7

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 16

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 37

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 40

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	582.663.140
Preferenciais	0
Total	582.663.140
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.516.335	1.485.078
1.01	Ativo Circulante	196.851	185.172
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.500	48.851
1.01.03	Contas a Receber	23.875	23.135
1.01.03.01	Clientes	23.875	23.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	117.476	113.186
1.01.08.03	Outros	117.476	113.186
1.01.08.03.01	Ativo financeiro de concessão	116.014	112.449
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	1.462	737
1.02	Ativo Não Circulante	1.319.484	1.299.906
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	948.724	915.611
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	948.724	915.611
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	948.669	915.557
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	55	54
1.02.03	Imobilizado	2.841	2.635
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.841	2.635
1.02.04	Intangível	367.919	381.660
1.02.04.01	Intangíveis	367.919	381.660

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.516.335	1.485.078
2.01	Passivo Circulante	178.626	204.818
2.01.02	Fornecedores	11.192	5.111
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.192	5.111
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.657	17.715
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.657	17.715
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.657	17.715
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	72.449	69.223
2.01.04.02	Debêntures	72.449	69.223
2.01.05	Outras Obrigações	71.328	112.769
2.01.05.02	Outros	71.328	112.769
2.01.05.02.04	Dividendos	56.343	106.701
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	14.985	6.068
2.02	Passivo Não Circulante	574.940	609.351
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	504.059	560.646
2.02.01.02	Debêntures	504.059	560.646
2.02.02	Outras Obrigações	11.460	7.765
2.02.02.02	Outros	11.460	7.765
2.02.02.02.03	Outros passivos não circulantes	11.460	7.765
2.02.03	Tributos Diferidos	59.421	40.940
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	59.421	40.940
2.03	Patrimônio Líquido	762.769	670.909
2.03.01	Capital Social Realizado	582.663	582.663
2.03.04	Reservas de Lucros	180.106	88.246
2.03.04.01	Reserva Legal	15.641	10.566
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	164.465	77.680

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	289.354	293.104
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.068	-89.423
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-14.142	-25.404
3.02.02	Depreciação e amortização	-13.920	-13.696
3.02.03	Materiais e serviços de terceiros	-12.058	-15.865
3.02.04	Transações no mercado de energia de curto prazo	-8.902	-17.599
3.02.05	Pessoal	-6.307	-5.428
3.02.06	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-6.198	-6.441
3.02.10	Outros custos operacionais	-9.541	-4.990
3.03	Resultado Bruto	218.286	203.681
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-762	-824
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-762	-824
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	217.524	202.857
3.06	Resultado Financeiro	-63.801	-65.204
3.06.01	Receitas Financeiras	2.315	2.534
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.116	-67.738
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	153.723	137.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-52.220	-46.799
3.08.01	Corrente	-33.739	-27.817
3.08.02	Diferido	-18.481	-18.982
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.503	90.854
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.503	90.854
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,17420	0,15593
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,17420	0,15593

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	101.503	90.854
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.503	90.854

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.839	131.705
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.864	72.856
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	153.723	137.653
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-144.911	-145.289
6.01.01.03	Depreciação e amortização	13.920	13.696
6.01.01.04	Juros e variação monetária	65.905	65.066
6.01.01.06	Outros	4.227	1.730
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	114.643	119.040
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-740	3.219
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	108.233	102.368
6.01.02.03	Outros ativos	-1.250	8.691
6.01.02.04	Fornecedores	6.081	305
6.01.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	1.025	-49
6.01.02.06	Outros passivos	1.294	4.506
6.01.03	Outros	-63.668	-60.191
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de hedge	-36.346	-48.976
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-27.322	-11.215
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-386	-3.109
6.02.01	Aplicação no imobilizado e no intangível	-386	-3.109
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-136.804	-91.197
6.03.06	Pagamento de debêntures, líquido de hedge	-76.803	-64.540
6.03.07	Dividendos pagos	-60.001	-26.657
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.649	37.399
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.851	11.452
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.500	48.851

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	88.246	0	0	670.909
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	88.246	0	0	670.909
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-9.643	0	-9.643
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-9.643	0	-9.643
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.503	0	101.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.503	0	101.503
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	91.860	-91.860	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	5.075	-5.075	0	0
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	86.785	-86.785	0	0
5.07	Saldos Finais	582.663	0	180.106	0	0	762.769

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	582.663	0	108.687	0	0	691.350
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	582.663	0	108.687	0	0	691.350
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-102.663	-8.632	0	-111.295
5.04.08	Dividendos adicionais de 2018 creditados	0	0	-102.663	0	0	-102.663
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-8.632	0	-8.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.854	0	90.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	90.854	0	90.854
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	82.222	-82.222	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	4.542	-4.542	0	0
5.06.05	Reserva Retenção de Lucros	0	0	77.680	-77.680	0	0
5.07	Saldos Finais	582.663	0	88.246	0	0	670.909

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	305.011	308.739
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.100	163.450
7.01.02	Outras Receitas	144.911	145.289
7.01.02.01	Remuneração do ativo financeiro de concessão	144.911	145.289
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.659	-67.627
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.142	-25.404
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.582	-16.433
7.02.04	Outros	-20.935	-25.790
7.02.04.01	Transações no mercado de energia de curto prazo	-8.902	-17.599
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-6.198	-6.441
7.02.04.05	Outros	-5.835	-1.750
7.03	Valor Adicionado Bruto	257.352	241.112
7.04	Retenções	-13.920	-13.696
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.920	-13.696
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	243.432	227.416
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.315	2.534
7.06.02	Receitas Financeiras	2.315	2.534
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	245.747	229.950
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	245.747	229.950
7.08.01	Pessoal	5.289	4.564
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.787	3.115
7.08.01.02	Benefícios	736	739
7.08.01.03	F.G.T.S.	228	200
7.08.01.04	Outros	538	510
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	538	510
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	68.125	62.918
7.08.02.01	Federais	68.120	62.912
7.08.02.02	Estaduais	5	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	66.398	67.934
7.08.03.01	Juros	65.774	65.525
7.08.03.02	Aluguéis	287	206
7.08.03.03	Outras	337	2.203
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.643	8.632
7.08.04.02	Dividendos	9.643	8.632
7.08.05	Outros	96.292	85.902
7.08.05.01	Encargos setoriais	4.432	3.680
7.08.05.02	Reserva legal	5.075	4.542
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucros	86.785	77.680

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 10 anos, e também estão isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2020, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma operadora de infraestruturas em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, a controladora implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas e termelétricas, e usinas de fontes complementares — pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas, biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Arthur Roberto Frota Ellwanger na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A UHE Miranda pertenceu à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que foi responsável pela construção da Usina. O prazo de concessão anterior venceu no decorrer de 2017, o que levou a Usina a leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE).

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Após a assinatura do contrato de concessão, transcorreu-se um curto período de operação assistida, compartilhada entre os antigos e novos operadores do ativo. Em 29.12.2017, a operação e manutenção da Usina passou a ser integralmente realizada pela equipe da ENGIE. A partir dessa data, iniciou-se a contagem dos 30 anos de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda estimada de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central no final de dezembro – o dado oficial deve ser divulgado ao fim do primeiro trimestre de 2021. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,31%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R$ 4,03 ao fim de 2019

4. Desempenho Operacional

Em 2020, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.804,1 GWh, 17,0% maior que a obtida em 2019, de 1.542,3 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2020 foi de 99,1%, 0,7 p.p abaixo dos 99,8% atingidos no ano anterior. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 97,3%, 0,3 p.p. acima do obtido em 2019, que foi de 97,0%.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) está prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2021, em um processo que deve transcorrer durante os próximos anos.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2020	2019	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	289.354	293.104	(3.750)	(1,3)
Lucro bruto	218.286	203.681	14.605	7,2
Margem bruta	75,4%	69,5%		5,9 p.p
Ebitda (Lajida)[1]	231.444	216.553	14.891	6,9
Margem Ebitda	80,0%	73,9%		6,1 p.p
Depreciação e amortização	(13.920)	(13.696)	(224)	1,6
Resultado financeiro	(63.801)	(65.204)	1.403	(2,2)
Imposto de renda e contribuição social	(52.220)	(46.799)	(5.421)	11,6
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854	10.649	11,7

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

Em 2020, a receita operacional líquida da Companhia apresentou decréscimo de R$ 3.750 mil (1,3%), atingindo R$ 289.354 mil, frente aos R$ 293.104 mil reconhecidos em 2019. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) acréscimo de R$ 2.564 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivada pelos efeitos da atualização monetária; (ii) redução de R$ 5.935 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) redução de R$ 11.257 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) parcialmente atenuado pelo aumento de R$ 5.322 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) redução de R$ 379 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 18.355 mil (20,5%) entre os anos em comparação, passando de R$ 89.423 mil em 2019 para R$ 71.068 mil em 2020. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: reduções de R$ 11.262 mil e de R$ 8.697 mil, respectivamente, entre os anos em análise, totalizando redução de R$ 19.959 mil (46,4%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

b) Materiais e serviços de terceiros: decréscimo de R$ 3.807 mil (24,0%) entre 2019 e 2020, motivado, substancialmente, por reduções de custos na gestão da infraestrutura.

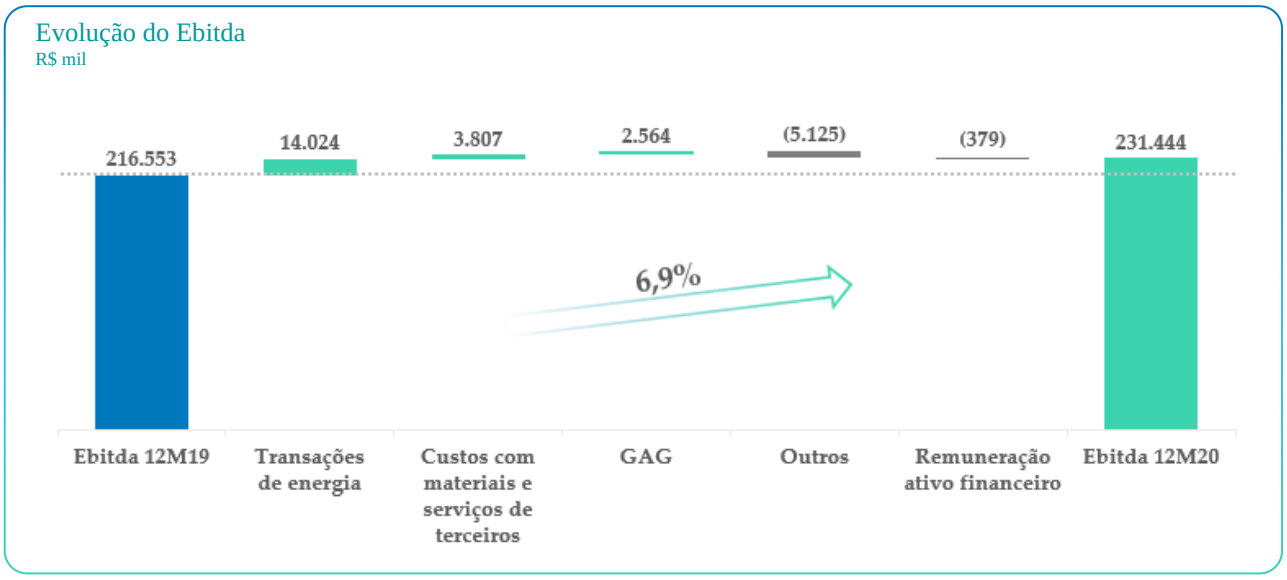
Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE, no montante líquido de R$ 12.705 mil visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE, sendo receitas de R$ 976 mil e custos de R$ 13.681 mil.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram decréscimos de R$ 5.935 mil e de R$ 19.959 mil, respectivamente, ocasionando o aumento de R$ 14.024 mil no lucro bruto da Companhia. Esse aumento é resultado da compensação de resultados negativos auferido em exercícios anteriores no mercado de curto prazo, decorrente da gestão de portfólio do Grupo ENGIE, bem como transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE. Esse efeito foi parcialmente acrescido pelo reajuste de preço do contrato com a controladora.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2020 foi de R$ 231.444 mil, R$ 14.891 mil (6,9%) acima do apurado em 2019, de R$ 216.553 mil.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 1.403 mil (2,2%) entre 2019 e 2020, atingindo o montante de R$ 63.801 mil em 2020 (R$ 65.204 mil em 2019). O decréscimo, decorre, principalmente, dos seguintes fatores: (i) redução dos juros de dívidas, decorrente da redução dos saldos, em virtude dos pagamentos ocorridos durante o exercício de 2020; (ii) redução do ajuste a valor justo, o qual é impactado pelas curvas futuras do IPCA; e (iii) parcialmente atenuado, pelo aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos exercícios em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Em 2020, essas despesas aumentaram R$ 5.421 mil (11,6%), passando de R$ 46.799 mil em 2019 para R$ 52.220 mil em 2020, em decorrência do aumento de 11,7% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os períodos foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido de 2020 foi de R$ 101.503 mil, R$ 10.649 mil (11,7%) superior aos R$ 90.854 mil apresentados em 2019, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Qualidade, Gestão de Energia, Meio Ambiente, Mudanças do Clima, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2020 foi realização a primeira auditoria interna na Usina, em preparação à aplicação para as Certificações ISO 9001, 14.001 e OSHAS 18.001 no ano de 2021, tal como ocorre em outras 12 usinas da ENGIE Brasil Energia.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;
b) Programa de Reflorestamento Ciliar;
c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;
d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;
e) Monitoramento da Ictiofauna;
f) Programa de Peixamento;
g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;
h) Programa de educação ambiental
i) Acervo arqueológico

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2020.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2020.

A Administração

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ N° 28.942.127/0001-49 | NIRE N° 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

a) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global. No decorrer de 2020, a atividade econômica vem sendo retomada nas principais cidades.

Em 13.03.2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, constituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise para coordenar os esforços e alinhar ações preventivas. No final do 3° trimestre de 2020, a controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, divulgou aos seus colaboradores a possibilidade de retorno gradual à Sede, fornecendo recursos como aplicativo para reserva de datas, cartilha de orientação para acesso às instalações, exames a cada 15 dias para detecção da Covid-19, máscaras descartáveis, álcool gel, entre outros.

Em 2020, a Companhia, não apurou impactos significativos em suas demonstrações contábeis decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer sua capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

a.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, grande parte do montante do consumo de energia previsto está respaldado por contratos firmados anteriormente à Covid-19. A garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

a.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas demonstrações financeiras não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

a.3) Tributos

O Governo Federal, em decorrência da pandemia, postergou o pagamento de PIS e Cofins (cumulativo e não cumulativo), por meio das Portarias ME n° 139, de 03.04.2020, e n° 245, de 15.06.2020, das competências março, abril e maio de 2020, os quais venceriam em 24 de abril, 25 de maio e 25 de junho, respectivamente, para 25 de agosto, 25 de outubro e 25 de novembro, respectivamente. Os prazos de pagamento do IRPJ e CSLL permaneceram inalterados. O montante total de PIS e Cofins da Companhia abrangidos pelas Portarias foi de, aproximadamente, R$ 6 milhões.

a.4) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

Notas Explicativas

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

e) Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

f) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Notas Explicativas

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão, bem como ao cálculo do valor justo das debêntures e do *hedge* contratado para proteção contra a variação dos juros sobre as mesmas.

h) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

i) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

j) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	*Conceptual Framework*	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuais IASB - Ciclo de melhorias 2017-2019	Diversos	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06.03.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	07.07.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.	IFRS 16 e 9	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes

l) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.02.2021.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários à vista	**594**	**151**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	54.906	48.700
	55.500	**48.851**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo em 31.12.2020, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

Notas Explicativas

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2020 e de 2019 foi de cerca de 98,7% e 99,3% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil: Contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2020	31.12.2019
ENGIE Brasil Energia	8.918	11.664
Distribuidoras	7.577	7.165
Transações realizadas na CCEE	7.380	4.306
	23.875	**23.135**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 45 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2020, a Companhia apresentava R$ 12 de valores vencidos em seu contas a receber (R$ 19 em 31.12.2019). A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Política contábil: O ativo financeiro de concessão corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente.

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	116.014	948.669	1.064.683	112.449	915.557	1.028.006

Em 27.09.2017, a Companhia foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física da usina, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (6,9%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

A movimentação do ativo financeiro foi esta:

Notas Explicativas

	UHE Miranda
Saldo em 31.12.2018	**985.085**
Recebimentos	(102.368)
Juros	94.001
Variação monetária	51.288
Saldo em 31.12.2019	**1.028.006**
Recebimentos	(108.234)
Juros	93.663
Variação monetária	51.248
Saldo em 31.12.2020	**1.064.683**

b) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
2022	97.836
2023	88.507
2024	80.047
2025	72.413
2026	65.508
2027 a 2031	244.888
2032 a 2047	299.470
Ativo financeiro de concessão	**948.669**

NOTA 6 - INTANGÍVEL

Política contábil: Refere-se ao direito de uso da infraestrutura, originado pela diferença entre o valor da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

		31.12.2020			31.12.2019		
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.224	(43.305)	367.919	411.223	(29.629)	381.594
Direito de uso de ativos	Até 2024	-	-	-	570	(504)	66
		411.224	**(43.305)**	**367.919**	**411.793**	**(30.133)**	**381.660**

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2018	**395.268**	**1**	**395.269**
Ingresso	-	66	66
Amortização	(13.674)	(1)	(13.675)
Saldos em 31.12.2019	**381.594**	**66**	**381.660**
Baixas	-	(66)	(66)
Amortização	(13.675)	-	(13.675)
Saldos em 31.12.2020	**367.919**	**-**	**367.919**

Notas Explicativas

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

Notas Explicativas

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	31.12.2020	31.12.2019
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	13.605	7.619
	13.605	**7.619**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante[1]	5.608	2.173
Passivo não circulante[1]	7.997	5.446
	13.605	**7.619**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Em 31.12.2020, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	162.502	1.165	163.667
Swap	R$299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(175.528)	(1.744)	(177.272)
Resultado *swap*[1]					**(13.026)**	**(579)**	**(13.605)**

(1) Apresentado nas rubricas de "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Ativo em 31.12.2018	**1.179**	**3.283**	**4.462**
Juros	2.762	(7.316)	(4.554)
Ajuste a valor justo	(939)	(3.291)	(4.230)
Transferências	(1.878)	1.878	-
Amortização de principal	1.875	-	1.875
Amortização de juros	(5.172)	-	(5.172)
(Passivo) em 31.12.2019	**(2.173)**	**(5.446)**	**(7.619)**
Juros	(6.465)	(6.252)	(12.717)
Ajuste a valor justo	(277)	(292)	(569)
Transferências	(3.993)	3.993	-
Amortização de principal	4.001	-	4.001
Amortização de juros	3.299	-	3.299
(Passivo) em 31.12.2020	**(5.608)**	**(7.997)**	**(13.605)**

Notas Explicativas

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2018	**4.220**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(4.230)
Saldo em 31.12.2019	**(10)**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(569)
Saldo em 31.12.2020	**(579)**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos a riscos da variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2021 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**2020**	**2021**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	4,5%	3,3%	-1,2 p.p.	0,8 p.p.	-0,5 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2021.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2020 e os previstos no cenário provável para 2021, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e nas estimativas da Administração sobre o cenário provável para 2021. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2021, em comparação com o ano de 2020, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2020	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	412.841	5.247	(3.629)	3.261
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	163.667	1.951	(1.349)	840
	576.508	**7.198**	**(4.978)**	**4.101**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.064.683	(12.583)	11.994	(18.002)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

Notas Explicativas

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2020	31.12.2019
Dívida[1]	590.113	637.488
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(55.500)	(48.851)
Dívida líquida	**534.613**	**588.637**
Patrimônio líquido	**762.769**	**670.909**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,70**	**0,88**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2020, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 8 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2020, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

Notas Explicativas

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2020. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	11.192	-	-	-	11.192
Debêntures[1]	105.089	227.185	222.793	164.516	719.583
	116.281	**227.185**	**222.793**	**164.516**	**730.775**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	54.906	48.700
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	594	151
Contas a receber de clientes	23.875	23.135
Ativo financeiro de concessão	1.064.683	1.028.006
	1.144.058	**1.099.992**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	163.667	229.716
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures[2]	13.605	7.619
Custo amortizado		
Fornecedores	11.192	5.111
Debêntures	412.841	400.153
	601.305	**642.599**

(1) Apresentado como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Notas Explicativas

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados por meio de outros dados observáveis (Nível 2), exceto as aplicações financeiras, as quais estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.064.683	1.054.620	1.028.006	993.255
Debêntures	576.508	632.912	629.869	638.222
	1.641.191	**1.687.532**	**1.657.875**	**1.631.477**

NOTA 8 - DEBÊNTURES

Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge*, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	65.091	98.430	163.521	62.727	166.564	229.291
Encargos	146	-	146	426	-	426
	65.237	**98.430**	**163.667**	**63.153**	**166.564**	**229.717**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	6.061	405.629	411.690	5.052	394.082	399.134
Encargos	1.151	-	1.151	1.018	-	1.018
	7.212	**405.629**	**412.841**	**6.070**	**394.082**	**400.152**
Debêntures	**72.449**	**504.059**	**576.508**	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva[1]	5.608	7.997	13.605	2.173	5.446	7.619
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**78.057**	**512.056**	**590.113**	**71.396**	**566.092**	**637.488**

(1) A posição passiva do *hedge* está apresentada como parte das rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Notas Explicativas

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2018	**66.292**	**615.325**	**681.617**
Juros	45.933	-	45.933
Variações monetárias	278	14.760	15.038
Ajuste a valor justo	(3.220)	720	(2.500)
Transferências	70.159	(70.159)	-
Amortização do principal	(66.415)	-	(66.415)
Amortização de juros	(43.804)	-	(43.804)
Saldos em 31.12.2019	**69.223**	**560.646**	**629.869**
Juros	35.167	-	35.167
Variações monetárias	507	17.510	18.017
Ajuste a valor justo	2.496	(3.192)	(696)
Transferências	70.905	(70.905)	-
Amortização do principal	(72.802)	-	(72.802)
Amortização de juros	(33.047)	-	(33.047)
Saldos em 31.12.2020	**72.449**	**504.059**	**576.508**

c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Garantia	Saldos em 31.12.2020
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	Garantia real	163.667
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	Garantia real	412.841

d) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
2022	79.529
2023	86.106
2024	91.223
2025	94.300
2026	100.881
2027	52.020
Debêntures	**504.059**

e) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2020
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,20

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2020				31.12.2019
	Base de cálculo	IR	CSSL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	437.601	109.400	39.384	148.784	99.514
Intangível de bonificação pela outorga	99.911	24.978	8.992	33.970	23.243
		134.378	**48.376**	**182.754**	**122.757**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	331.753	82.938	29.858	112.796	75.927
Perdas não realizados em operações de *hedge*	13.605	3.401	1.224	4.625	3.279
Outros	17.389	4.347	1.565	5.912	2.611
		90.686	**32.647**	**123.333**	**81.817**
Valor líquido		**43.692**	**15.729**	**59.421**	**40.940**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2018	**21.958**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	18.982
Saldo em 31.12.2019	**40.940**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	18.481
Saldo em 31.12.2020	**59.421**

c) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	Ativo	Passivo
2021	13.455	18.367
2022	12.367	16.960
2023	10.689	15.729
2024	10.197	13.871
2025	7.905	12.555
2026 a 2028	17.938	28.309
2029 a 2031	16.190	25.476
2032 a 2034	6.861	10.362
2035 em diante	27.731	41.125
	123.333	**182.754**

Notas Explicativas

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2020 e 31.12.2019, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros em 2020, no montante de R$ 86.785 (R$ 77.680 em 2019). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854
Média de ações ordinárias	582.663.140	582.663.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,17420**	**0,15593**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 11 - DIVIDENDOS

Política contábil: Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Notas Explicativas

a) Cálculo

	31.12.2020	31.12.2019
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	101.503	90.854
Reserva legal	(5.075)	(4.542)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**96.428**	**86.312**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	9.642	8.632
Total dos dividendos anuais	**9.642**	**8.632**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2018	38.069	98.069
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2019	8.632	8.632
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2020	9.642	-
	56.343	**106.701**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Dividendos complementares relativos ao exercício de 2019

Em 07.05.2020, na 3ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2019 no valor de R$ 8.632 (R$ 0,0148132669 por ação) e a retenção de lucros no montante de R$ 77.680.

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Notas Explicativas

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da Receita Anual de Geração (RAG), a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão (Nota 5).

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2020	31.12.2019
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	86.912	99.009
Receita GAG – operação e manutenção	59.910	57.085
Transações no mercado de curto prazo	13.278	7.356
	160.100	**163.450**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(14.810)	(15.119)
Pesquisa e desenvolvimento	(847)	(516)
	(15.657)	**(15.635)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**144.911**	**145.289**
Receita operacional líquida	**289.354**	**293.104**

NOTA 13 - RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.313	2.064
Juros sobre valores a receber	1	469
Outras receitas financeiras	1	1
	2.315	**2.534**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	53.184	60.971
Hedge de valor justo sobre empréstimos	12.717	4.554
Outros	5	10
Ajuste a valor justo	(127)	1.730
Outras despesas financeiras	337	473
	66.116	**67.738**
Despesas financeiras, líquidas	**63.801**	**65.204**

Notas Explicativas

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

	2020			2019		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**153.723**	**153.723**	**153.723**	**137.653**	**137.653**	**137.653**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(38.431)**	**(13.835)**	**(52.266)**	**(34.413)**	**(12.389)**	**(46.802)**
Outros	49	(3)	46	9	(6)	3
	(38.382)	**(13.838)**	**(52.220)**	**(34.404)**	**(12.395)**	**(46.799)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(24.793)	(8.946)	(33.739)	(20.447)	(7.370)	(27.817)
Diferido	(13.589)	(4.892)	(18.481)	(13.957)	(5.025)	(18.982)
	(38.382)	**(13.838)**	**(52.220)**	**(34.404)**	**(12.395)**	**(46.799)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2020				
ENGIE Brasil Energia	8.918	-	838	56.343
Diamante	-	7.000	-	-
Total	**8.918**	**7.000**	**838**	**56.343**
31.12.2019	**11.664**	**1.184**	**463**	**106.701**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 98,4 MW médios, ao preço de R$ 140,68/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2020 era de R$ 524.389.

Notas Explicativas

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

Adicionalmente, durante 2020, a Companhia efetuou transações de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE Brasil Energia, visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2020 e 31.12.2019 foram:

	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
31.12.2020			
ENGIE Brasil Energia	77.897	461	413
Diamante	976	13.681	-
Outras	-	-	1.669
Total	78.873	14.142	2.082
31.12.2019	89.849	25.404	204

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

e) Operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção com parte relacionada, o qual tem vigência até 31.01.2023. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 1.583.

NOTA 16 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2021 e o valor da cobertura é R$ 1.012.288, sendo R$ 903.630 referente a danos materiais e R$ 108.658 a lucros cessantes.

Notas Explicativas

NOTA 17 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o qual tem vigência até a data de término da concessão. Os compromissos futuros correspondentes a este contrato, em 31.12.2020, são de R$ 790.050.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Em 2020 e 2019, houve compensação de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R$ 522 e R$ 1.110, respectivamente.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Miranda

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 30% ao Ambiente de Contratação Livre - ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) discussão das premissas, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil, com a adequada classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita; (ii) exame das planilhas de controle da receita; (iii) recálculo da receita considerando o contrato de concessão e contratos de venda de energia; (iv) confronto das informações com os extratos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 24 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011.609/O-8 “F” SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor-Presidente

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2021.